

Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo

DANILO ENRICO MARTUSCELLI

Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2018, 176p.

André Flores Penha Valle*

O último livro de Danilo Enrico Martuscelli reúne alguns dos principais artigos do autor ao longo da última década. O livro possui duas partes, “Classes dominantes: conceito e usos na análise das relações de classe contemporâneas” e “Hegemonia e crise política”, nas quais busca demarcar a superioridade do marxismo e as potencialidades do aparato conceitual *poulantziano* para análise das relações de poder e do processo político no capitalismo neoliberal. Inspirado pelo marxismo estrutural althusseriano, o autor busca depurar o materialismo histórico do ecletismo e das problemáticas estranhas à luta de classes – como as noções de *elites*, *globalização* e *arbitragem* – e desenvolver uma abordagem articuladora dos níveis econômico, político e ideológico sobre as classes sociais, destacando os efeitos da política e da ideologia na formação das classes e frações dominantes.

O livro inicia com um exame crítico do marxismo inspirado pela teoria das elites, particularmente as teses de Tom Bottomore e Ralph Miliband, baseadas na premissa da separação do poder político e do poder econômico e na concepção de poder político situado nos quadros que ocupam a cúpula do aparelho de Estado. Informados pela problemática da estratificação social, baseada nos critérios de nível de renda, ocupação, relações interpessoais e recrutamento, a pergunta que orienta o marxismo inspirado pela teoria das elites é “quem governa”, e não

* Doutorando em Ciência Política na Unicamp. E-mail: andrefvalle@gmail.com

“para quem se governa”. Assim, a tese fundamental do autor é que o conteúdo das decisões tomadas e os interesses sociais por elas atendidos importam mais do que o perfil social dos decisores. Ademais, Martuscelli aponta a tendência à cumulatividade de poderes (político e econômico) nos períodos de reprodução da ordem capitalista, sendo a disjunção de poderes uma característica específica de situações de transição social. Dessa forma, *o marxismo não se confunde com a teoria das elites*; e esta constitui obstáculo para a compreensão do poder político relacionado aos conflitos de classe.

Em seguida, Martuscelli critica a tese de *burguesia mundial* no capitalismo neoliberal. Defende que a suposta fusão da burguesia, em suas diferentes funções e origens, e a substituição do Estado-nação pelas empresas multinacionais, constituem parte da ideologia da globalização e subestimam o papel do Estado na organização dos interesses políticos e econômicos da burguesia, desconsiderando a base nacional das grandes corporações (sediadas em países imperialistas), generalizando a interpenetração dos capitais como fenômeno universal e idealizando uma livre circulação de capitais que ignora as restrições existentes sobre os fatores produtivos. Aponta também que a tese da burguesia mundial *desconsidera elementos invariantes do modo de produção capitalista*, como a repartição desigual da mais valia total e o atendimento desigual dos interesses capitalistas pela política estatal – o que além de impossibilitar a formação de uma classe dominante mundial, indica que o processo de mundialização do capital não ocorre sem contradições.

Em contraposição à tese da burguesia mundial, o autor aponta o fracionamento das burguesias dependentes diante da expansão do capital imperialista, desenvolvendo o conceito de *burguesia interna* formulado por Nicos Poulantzas. A burguesia interna ocupa uma posição intermediária de dependência e concorrência, ou unidade e contradição com o imperialismo, tendo como característica a fragilidade política e ideológica decorrente de sua dependência estrutural e subordinação ao capital estrangeiro no bloco no poder. Assim, a burguesia interna não dispõe das condições para o exercício da hegemonia política no médio e longo prazo, assumindo uma posição política oscilante, ora pela formação de frentes políticas com as classes populares, através de concessões pequenas e pontuais para melhorar a sua posição no bloco no poder, ora pela unidade com a burguesia associada *contra* as classes populares, para ampliar a extração de mais-valia. O autor ressalta o conservadorismo da burguesia interna ante a política social, uma vez que a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas são tidos como “custos” para a competitividade das empresas.

Na segunda parte do livro, Martuscelli trata do conceito de *hegemonia política*, referente à preponderância exercida por uma classe ou fração dominante no interior do bloco no poder, e sua distinção em relação ao conceito de *hegemonia ideológica*, referente ao consentimento das classes dominadas no processo de dominação. Problematizando o *output* da política estatal como indicador exclusivo para a aferição da hegemonia política, o autor destaca as iniciativas da fração hegemônica

para impedir que medidas contrárias aos seus interesses sejam deliberadas pelo Estado. Dessa forma, sustenta a tese de defasagem entre a hegemonia política e a hegemonia ideológica durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com a manutenção da hegemonia política pela burguesia associada (através da manutenção do modelo econômico neoliberal), encoberta pela hegemonia ideológica da burguesia interna (conferindo vantagens da política estatal ao grande capital nacional). Assim, critica as noções de “conciliação de classes” e de “arbitragem” para a análise destes governos: a primeira por ignorar as contradições do bloco no poder e o papel do Estado na hierarquização dos diferentes interesses das classes dominantes, e a segunda por ignorar a desigualdade de condições entre as classes e frações de classes na disputa pelo poder do Estado.

A tese de defasagem entre os níveis de hegemonia durante os governos do PT leva o autor a desenvolver o conceito de *fração reinante*, presente nas obras de Nicos Poulantzas, e a polemizar com as caracterizações dos governos progressistas da América Latina como *pós-neoliberais* ou *neodesenvolvimentistas*. A fração reinante, como classe ou fração de classe com preponderância na cena política, exerce a hegemonia ideológica sobre o conjunto da formação social, sendo capaz de soldar diferentes interesses de classe em torno de uma frente política como sua força dirigente. De acordo com o autor, o apoio eleitoral e a ideologia orientadora do programa de governo constituem os indicadores da hegemonia ideológica, embora ressalve a possibilidade de defasagem entre a ideologia do programa e o conteúdo efetivo da política estatal – correspondente à defasagem entre hegemonia ideológica e hegemonia política. Dessa forma, busca explicar a persistência do modelo neoliberal e a melhora da posição do grande capital nacional durante os governos do PT – recusando a hipótese destes governos como a hegemonia política da grande burguesia interna.

Fazendo uma síntese do último capítulo, com a qual encerro a resenha desse interessante e recomendável livro, é possível dizer que o autor aborda a distinção conceitual de *crise política* nos períodos de transição e reprodução social. Partindo da formulação de Poulantzas da crise como *situação particular de condensação de contradições*, o autor distingue os conceitos de *crise revolucionária* – conjunturas de não correspondência entre forças produtivas e relações de produção, que pode substituir a classe no poder e o tipo de Estado – e de *crise de hegemonia* – relacionada aos períodos de reprodução social, que pode alterar a configuração do bloco no poder e da cena política, assim como o regime político e as formas de governo. Também diferencia os conceitos de *crise política* e *instabilidade política*, a primeira se caracteriza pela presença de uma força social capaz de alterar as relações de classe vigentes e a segunda, pela conjuntura *zigzagueante* de redefinição da hegemonia, das alianças de classe e das relações de poder em geral.